

O clima do Congresso

4 ABR 1990

Haroldo Hollanda JORNAL DE BRASÍLIA

Lideranças políticas governamentais admitem a possibilidade de que no final acabe ocorrendo no Congresso um acordo em torno da caderneta da poupança. Faz-se a ressalva, porém, de que esse acordo só poderá ser celebrado às vésperas da votação. Ontem, o deputado Ulysses Guimarães esteve reunido com líderes e relatores do seu partido para apreciar as medidas provisórias em tramitação no Congresso, principalmente as de caráter mais polêmico. O PMDB, através do seu relator, Osmundo Rebouças, insiste em modificar o teto nos saques da caderneta de poupança. A respeito da privatização de empresas estatais o PMDB não se opõe à essa iniciativa, desde que se ofereçam determinadas salvaguardas ao Congresso para impedir possíveis excessos. Nota-se, porém, no interior do PMDB a existência de duas facções: uma, comandada pelo governador Orestes Quércia, que não só acredita como apóia o plano de um modo geral; a outra corrente, à que se filia o deputado Ulysses Guimarães, manifesta dúvidas quanto ao êxito do projeto econômico em execução. Entre essas duas posições oscila o PMDB, embora o ponto de equilíbrio no partido não seja mais exercido por Ulysses, mas pelo deputa-

do Ibsen Pinheiro, líder do partido na Câmara.

Uma das preocupações dos políticos mais tarimbados relaciona-se com a falta de articulação existente no bloco de apoio ao Governo no Congresso, o que é explicável, tendo em vista que Collor foi eleito por uma legenda sem nenhuma expressão no Parlamento. Formalmente, as lideranças do Governo não contam com o respaldo da maioria do Congresso. A força política do Planalto está condicionada à manutenção dos seus índices de prestígio nas ruas. Contemplando o plenário do Congresso, o deputado Israel Pinheiro Filho observa que a maioria dos seus integrantes, a exemplo do que aconteceu em determinada fase da Constituinte, constitui um novo Centrão, capaz de assegurar vitórias ao Governo na fase em que nos encontramos. O deputado Inocêncio de Oliveira, vice-presidente da Câmara, retorna de Pernambuco com a informação de que os eleitores com os quais esteve manifestam o desejo de que o plano econômico seja aprovado pelo Congresso sem modificações. No entanto, o senador baiano Jutai Magalhães constata que num primeiro momento todas as classes sociais bateram palmas ao "pacote" econômico. Mas com o passar dos dias, segundo o senador da Bahia,

a classe média, que foi duramente atingida, perdeu seus constrangimentos iniciais e principia a reagir. No seu entender, há indícios fortes de que a situação de amplo favoritismo do Governo começa a se inverter.

Em conversas informais, o deputado César Maia, do PDT, reafirma sua confiança no êxito do plano. O segredo do seu sucesso, de acordo com sua opinião, estará na competência da manobra a ser empreendida pelos autores do plano ao tentar tirar o País da recessão para conduzi-lo a um clima de estabilidade econômica. Para César Maia, o plano de estabilização econômica, se numa primeira etapa causa desgastes, em virtude do desemprego e de outros fatores de anormalidade, numa etapa posterior granjeia confiança e prestígio na sociedade. Como exemplo, cita o que aconteceu na Bolívia, onde o governo foi compelido a enfrentar o grupo corporativo mais poderoso do país, os mineiros. Já o deputado Euclides Scalco, líder do PSDB, acha que como a equipe econômica é muito jovem e não dispõe de experiência anterior, ela corre o risco de incidir em graves erros no gerenciamento do plano econômico. "O problema frisa Scalco — é que se esse plano se frustrar, a casa pode desabar sobre nossas cabeças".